



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

ERROS HISTÓRICOS DO CENTRO-DIREITA EM PORTUGAL - UMA CRISE COM CAUSAS

[Political Mistakes of the Centre-Right in Portugal – A Crisis with Root Causes]

Projeto de Graduação

1º ciclo de estudos de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Miguel Bruno Pereira da Costa

Orientadora:

Professora Doutora Judite Antonieta Gonçalves de Freitas

Junho, 2026

ERROS HISTÓRICOS DO CENTRO-DIREITA EM PORTUGAL - UMA CRISE COM CAUSAS

[Political Mistakes of the Centre-Right in Portugal – A Crisis with Root Causes]

Projeto de Graduação

1º ciclo de estudos de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Miguel Bruno Pereira da Costa

Orientadora:

Professora Doutora Judite Antonieta Gonçalves de Freitas

Junho, 2026

Dedicatória

Dedico este Projeto Final de Graduação a toda a minha família, por sempre ter contribuído, de forma mais ou menos direta, para que eu nunca perdesse o ânimo nestes últimos três anos de formação.

De forma especial, à minha mãe, ao meu pai e à minha irmã, por serem quem mais fez para que esta etapa da minha vida acadêmica fosse concluída com sucesso.

Por último, dedico este Projeto à memória de Francisco Sá Carneiro, minha primeira referência de sempre, e personagem importante no desencadear do meu interesse e especial gosto pela política, e por me ter ensinado que podemos contribuir sempre mais um pouco para o futuro das nossas pátrias.

Agradecimentos

Dirijo os meus mais sinceros agradecimentos à minha orientadora de Projeto de Graduação, Professora Doutora Judite Gonçalves de Freitas, pela sua total, e sempre entusiasmante, disponibilidade para acompanhar o desenvolvimento deste trabalho. Foi um gosto poder partilhar e discutir ideias, tal como receber sugestões, de uma professora que marcará para sempre a forma como encaro o desafio académico. O seu profissionalismo, rigor e seriedade, misturados com a originalidade, genuinidade e alegria pessoais, tornam a professora num exemplo a seguir na vida, enquanto profissional e ser humano.

Agradeço também a todos os docentes integrantes do primeiro ciclo de estudos do curso de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Fernando Pessoa, por me terem transmitido o conhecimento que neste trabalho foram sendo aplicados.

Por último agradeço à minha família e àqueles que posso já considerar grandes amigos da faculdade, por me acompanharem neste percurso, e partilharem comigo esta etapa única das nossas vidas.

Resumo

Este Projeto de Graduação propõe-se a fazer uma reflexão crítica e fundada acerca da situação atual do espaço político do centro-direita português. Afirmando que este espaço político atravessa o pico de uma crise, correndo sérios riscos de se tornar irrelevante na cena política nacional num futuro breve, o trabalho procura, através de um exercício histórico, comprovar que esta crise não é fruto da atualidade, nem de um passado mais recente, mas sim de um passado que remonta ao momento fundacional deste espaço político em Portugal. Para comprovar este facto, procura-se explorar os dois grandes erros políticos fundacionais do centro-direita português, que foram as raízes de uma crise existencial histórica, que têm acompanhado este espaço político desde sempre, e que nunca lhe permitiram obter a legitimidade e a superioridade que outros quadrantes políticos possuem. O trabalho procura comprovar que a fraqueza na posição política, que não deixa o centro-direita consolidar e afirmar um projeto coerente e alternativo a uma lógica política instalada, e a divisão interna deste espaço político que fragmenta aquele que poderia ser um polo político plural e hegemónico, são os dois grandes erros estruturais em que assenta a crise que atravessa este espaço político.

Palavras-chave: Centro-direita, crise existencial, espaço político, erros políticos fundacionais, democracia portuguesa, fraqueza na posição política, divisão interna.

Abstract

This undergraduate project aims to provide a critical and well-founded analysis of the current state of the centre-right political sphere in Portugal. Asserting that this political space is at the height of an crisis, running a serious risk of becoming irrelevant on the national political scene in the near future, this work seeks, through a historical analysis, to demonstrate that this crisis is not the result of current events, nor of the recent past, but rather of a past that dates back to the very founding of this political space in Portugal. To demonstrate this, the study seeks to explore the two major foundational political errors of the Portuguese centre-right, which were the roots of a historic existential crisis that has accompanied this political space from the outset, and which have never allowed it to attain the legitimacy and superiority enjoyed by other political quarters. This study seeks to demonstrate that the weakness of the centre-right's political position—which prevents it from consolidating and establishing a coherent alternative to the prevailing political paradigm—and the internal divisions within this political sphere, which fragment what could otherwise be a pluralistic and hegemonic political force, are the two major structural flaws underpinning the crisis currently afflicting this political sphere.

Keywords: Centre-right, existential crisis, political spectrum, fundamental political errors, Portuguese democracy, political weakness, internal division.

Índice Geral

Resumo	I
Abstract	II
Índice Geral.....	III
Lista de Abreviaturas, Siglas, Símbolos ou Acrónimos	IV
Introdução	1
Capítulo I – Raízes históricas e sociológicas dos partidos do centro-direita português	3
1.1. O PPD/PSD.....	3
1.1.1. A Ala Liberal e a SEDES	4
1.1.2. O Partido Interclassista e do Norte Católico e Conservador.....	4
1.2. O CDS-PP.....	5
1.2.1. A Descrença no Regime e as Colunas no Diário de Notícias	6
1.2.2. O Partido da Classe Média e dos Tradicionalistas	6
Capítulo II - Formação, Posicionamento e Integração no Sistema Partidário no pós-25 de Abril.....	8
2.1. O Caso do PPD.....	8
2.2. O Caso do CDS	9
Capítulo III – Os Erros Históricos do Centro-Direita Português.....	10
3.1. A Fraqueza na Posição Política	11
3.2. Divisão Interna.....	14
Conclusão	18
Referências Bibliográficas	20

Lista de Abreviaturas, Siglas, Símbolos ou Acrónimos

AD – Aliança Democrática

AN – Assembleia Nacional

AR – Assembleia da República

BE – Bloco de Esquerda

CDS-PP – Centro Democrático Social – Partido Popular

IL – Iniciativa Liberal

IS – Internacional Socialista

MDP – Movimento Democrático Português

MFA – Movimento das Forças Armadas

PCP – Partido Comunista Português

PPD – Partido Popular Democrático

PP – Partido Popular

PSD – Partido Social Democrata

PS – Partido Socialista

SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social

Introdução

Apesar de ter o Governo da República, ter os governos das duas Regiões Autónomas, a maioria dos executivos nas Câmaras e Freguesias do país e uma maioria parlamentar de dois terços proveniente do espaço não socialista, o centro-direita português parece não se conseguir destacar como uma força política mobilizadora, agregadora e maioritária no país. O facto de ter ganho duas eleições legislativas com dois dos mais baixos resultados eleitorais da sua história (28,2% em 2024, e 31,2%), (Comissão Nacional de Eleições, 2024, 2025) prova que o centro-direita apenas regressou ao poder porque o Partido Socialista (PS) definhou eleitoralmente, e não porque se tenha tornado numa força política hegemónica e superior em Portugal. Mesmo ganhando eleições, o centro-direita não cresce muito eleitoralmente, não apresenta sinais de evolução e adaptação face à nova atualidade política nacional, não tem um projeto alternativo e mobilizador, e nunca teve tanta concorrência e divisão partidária à sua direita como hoje.

São estes alguns sinais de uma crise, que se tornou silenciosa pelo facto do centro-direita ter reconquistado o poder, mas que agora parece atingir o seu pico. Este facto representa um risco existencial (Mair, 2013) para este espaço político, ao qual devemos prestar atenção.

Com base nestes factos, este projeto dedicar-se-á a comprovar que a atual situação do centro-direita é de uma crise, não circunstancial, mas sim estrutural que se pode resumir a dois erros históricos que ditam até hoje a inferioridade política e social do espaço do centro-direita português: a fraqueza na posição política e a divisão interna.

Recorrendo a um método qualitativo e descritivo, baseando-se em fontes bibliográficas secundárias, e através de um exercício histórico, o presente trabalho estabelece a dúvida relativa à natureza das causas da situação de crise do centro-direita português como a questão central a responder, e tem como objetivos específicos, fazer uma reflexão crítica acerca desta mesma crise e identificar a forma como a insistência nos dois erros históricos condicionou todo o percurso deste espaço político em Portugal.

Com este propósito, o projeto é estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo é feita uma contextualização das raízes históricas e sociológicas dos dois principais partidos do centro-direita português, seguindo-se o segundo capítulo onde se faz uma reflexão acerca da formação e posicionamento político-partidário dos mesmos partidos, no período pós-

25 de Abril. No terceiro capítulo analisam-se e descrevem-se os dois erros fundacionais do centro-direita português.

Ao fazer esta reflexão, o presente trabalho tem a intenção de contribuir de uma forma construtiva para um debate que parece não atrair muitos participantes. Discutir a crise de um espaço político histórico da democracia portuguesa não pode ser visto apenas de uma perspetiva ideológica, mas também deve ser tido em conta o assinalável risco de se perder um elemento referencial no que toca ao processo de alternância democrática a que temos vindo a ser habituados ao longo dos cinquenta e dois anos de democracia em Portugal.

Capítulo I – Raízes históricas e sociológicas dos partidos do centro-direita português

Ao longo de toda a história da democracia portuguesa, o espaço político do centro-direita foi esmagadoramente representado apenas por dois partidos políticos: o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP). Até 2019, eram apenas o PSD e o CDS-PP, os partidos representantes do centro-direita na Assembleia da República (AR), facto saído das primeiras eleições livres depois da Revolução de 1974. É sobre o espaço que ocupam estes dois partidos que recairá toda a reflexão desenvolvida neste trabalho.

No sentido de se partir para a reflexão acerca dos principais erros históricos do centro-direita que o conduziram à presente crise, revela-se indispensável apresentar de maneira geral os principais partidos do centro-direita nacional. O que se procura neste capítulo é precisamente explorar as raízes históricas e sociológicas do PSD e do CDS-PP.

1.1. O PPD/PSD

O PSD foi fundado no dia 6 de Maio de 1974, por Joaquim Magalhães Mota, Francisco Pinto Balsemão e Francisco Sá Carneiro, poucas semanas após o golpe militar do 25 de Abril. Sob o nome de Partido Popular Democrático (PPD), o partido definia-se como social-democrata e promotor do socialismo democrático que, afirmava, ser compatível com uma tradição cultural moldada pelo humanismo, o cristianismo e a filosofia ocidental. (PPD, 1974)

É considerado um partido fundador do regime democrático, e como tal, já encabeçou vários governos constitucionais, sozinho ou em coligação, e também já teve lugar em governos como segundo partido, fruto de acordos governamentais.

Embora tenha sido fundado sob a doutrina da social-democracia, o PSD passou por várias evoluções ideológicas e hoje é visto como o partido pilar do centro-direita (Freire & Lisi, 2016) onde coabitam sociais-democratas, uma mistura da direita conservadora fora das grandes cidades e um centrismo liberal moderado das grandes cidades. (Garoupa, 2018) Este facto sempre permitiu ao partido situar-se politicamente entre o PS e o CDS-PP. E sendo um partido de orientação governativa evidente, adota também contornos de partido “catch-all” (Lisi, 2011 e 2019) recorrendo, muitas vezes, a uma certa plasticidade ideológica.

1.1.1. A Ala Liberal e a SEDES

Em 1969, a União Nacional abriu as suas listas a um conjunto de individualidades da sociedade portuguesa, para as eleições legislativas a realizar-se naquele ano, com o pressuposto de se avançar para uma renovação política do regime no sentido do modelo europeu ocidental das modernas democracias. (Pinto, 2020) Naquele grupo de independentes, conhecido por Ala Liberal, estavam incluídos Pinto Balsemão, Magalhães Mota e Sá Carneiro, que desde cedo se evidenciaram na luta pelas mais básicas liberdades civis. Na Assembleia Nacional (AN), e já liderados por Sá Carneiro, os liberais fizeram suas as causas da revisão da lei de imprensa, da Constituição, e do Código do Processo Penal. Lutaram pela liberdade económica, liberdade religiosa e pela independência da Justiça. Com este legado, a Ala Liberal fez surgir dois aspetos fundamentais para aquilo que viria a ser o PPD/PSD: uma liderança e princípios políticos.

Com o ciclo de abertura também no plano associativo, foi fundada a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), em 1973. Este grupo de estudos e debate, embora acolhesse várias correntes de pensamento político, encontrava na oposição católica liberal, moderada e tecnocrática uma facção dominante. (Jalali, 2015) Nos diversos estudos e debates da SEDES estavam envolvidos muitos dos deputados liberais com assento na AN, cujo cargo haveriam de abdicar pouco tempo depois da fundação da SEDES. Os três homens que mais tarde fundaram o PPD/PSD, e outras figuras importantes do futuro partido, eram membros de alta relevância desta associação, e foi a partir do grande conhecimento técnico e teórico que através dela adquiriram, que retiraram muito do conteúdo programático do partido que haveriam de fundar.

1.1.2. O Partido Interclassista e do Norte Católico e Conservador

Após a sua fundação, o PSD assistiu a um fenómeno curioso. O partido registou uma enorme pluralidade relativamente ao aspeto interclassista da sua militância. Se é verdade que logo após o 25 de Abril, o partido atraiu muitos daqueles que estavam à sombra do Estado Novo, também é correto afirmar-se que a classe média e urbana, juntamente com o norte trabalhador e camponês, viram no PPD um porto seguro para a envolvência política. O partido passou assim, a ser uma plataforma onde alinhavam a pequena burguesia das profissões liberais, do aparelho local no antigo regime e dos setores dinâmicos da sociedade (Garoupa, 2018) juntamente com as classes mais baixas do norte do país. Não se podendo afirmar que o PPD desde de cedo se conseguiu implementar em

todo o território nacional, podemos dizer que o partido teve uma relativa facilidade em ser bem acolhido nas mais diversas classes sociais e profissionais em Portugal.

No período de implementação dos recém-nascidos partidos portugueses, o PPD também encontrou desde o primeiro momento uma enorme facilidade em consolidar a sua presença no Norte do país. Ainda hoje, o partido tem os seus tradicionais bastiões no Norte e nos concelhos rurais do interior da região acima do Tejo. (Jalali, 2015) Esta facilidade deve-se a diversos fatores que moldaram desde sempre as bases sociológicas do PSD. No seu processo de implementação territorial, o partido definiu as suas prioridades, e começou pela província e pelo Norte. (Perpétua, 2016) Nesta região tipicamente empreendedora, cosmopolita, católica e conservadora, admirava-se Sá Carneiro. O líder do PPD lutou pelo regresso do Bispo do Porto, pela abertura do país à Europa dos mercados, e pela liberdade em geral. Foi com naturalidade que estas gentes aderiram ao partido do homem cuja obra era reconhecida. Para este processo a Igreja Católica foi tida como fundamental, pela sua estrutura, audiência alargada e influência na região. (Perpétua, 2016) Devido a estes factos, o PPD teve sucesso no Norte devido à sua capacidade de estabelecer ligações com os setores mais relevantes da região, como a Igreja, os pequenos proprietários rurais, e as empresas, (Jalali, 2015) assim como atrair os notáveis regionais e as elites administrativas. (Lisi, 2015)

1.2. O CDS-PP

O CDS-PP foi fundado no dia 19 de Junho de 1974, tendo como suas principais figuras de referência Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa. Apenas com a sigla CDS, o partido apresentava-se como sendo um partido do centro político e tendo como modelo uma sociedade «inspirada nos valores democráticos e humanistas da Europa Ocidental». (CDS, 1974, p.1) Empenhado em ser uma plataforma centrista, o partido abriu-se a pessoas do centro-esquerda e do centro-direita que quisessem ajudar à construção do projeto de sociedade pretendido pelo partido. (CDS, 1974)

Sendo um dos partidos fundadores do atual regime, o CDS-PP já teve representação ministerial em diversos governos, sempre em regime de coligação e como segundo partido das mesmas.

Como o PSD, o CDS-PP foi assistindo a algumas variações ideológicas, e hoje é considerado um partido que agrega o centro-direita e a direita tradicional portuguesa, representada por correntes liberais, conservadoras e democratas-cristãs.

1.2.1. A Descrença no Regime e as Colunas no Diário de Notícias

As bases históricas daquilo que viria a ser o conjunto de ideias que fundariam o CDS em 1974 foram construídas pelo facto de muitos dos futuros fundadores do partido, terem iniciado, ainda antes da Revolução, um processo de desvinculação acelerada relativamente ao anterior regime. Para além da desilusão com a apatia e estagnação do salazarismo (Freitas do Amaral, 1996), as jovens classes médias, que eram filhas do aparelho político e social do Estado Novo, à qual pertenciam Freitas do Amaral e outros fundadores do CDS, ambicionavam já um caminho de abertura, liberalização gradual e um reformismo modernizador e eficiente (Freitas do Amaral, 1996) que aproximasse Portugal das democracias ocidentais que eles próprios já conheciam. E a chegada de Marcelo Caetano ao poder, vai abrir uma janela de oportunidade para Freitas do Amaral e um grupo fechado de amigos iniciarem a sua intervenção política. Com a “Primavera Marcelista” a dar os primeiros passos, este grupo de jovens começa a reunir-se regularmente para discutir e evolução da situação política, e as diversas áreas da governação. Fazem parte deste grupo salazaristas, marcelistas, monárquicos, republicanos, conservadores e liberais, que tinham em comum a formação católica, que desejava uma evolução política para o país e que não acreditava no socialismo como alternativa ao regime. (Freitas do Amaral, 1996) Este grupo ganhou uma especial relevância e solidez quando passou a ter uma página no Jornal “Diário de Notícias”, onde publicava várias colunas temáticas. E daquela plataforma se lançaram as bases ideológicas do CDS, onde por exemplo, defendiam a economia neoliberal de tipo europeu, que demonstrasse a existência de uma alternativa ao corporativismo salazarista e ao socialismo inspirado em Marx. (Freitas do Amaral, 1996)

1.2.2. O Partido da Classe Média e dos Tradicionalistas

É fácil fazer um desenho daquilo que foram as bases sociológicas do CDS logo após a sua fundação. O partido de Freitas do Amaral era associado ao setor universitário, aos quadros da Administração Pública e aos profissionais liberais. (Freitas do Amaral, 1996) Mas embora o partido tivesse forte tração em setores específicos destas áreas sociais, era

no Norte, no interior e nos concelhos rurais (Jalali, 2015) que o CDS tinha mais adesão. Os centristas também eram bem recebidos pelo eleitorado mais católico, conservador (Jalali, 2015) e tradicionalista, o que levou a uma sobreposição entre as bases sociológicas e eleitorais do CDS e do PPD, facto que obrigava o partido a diferenciar-se no mercado eleitoral (Lisi, 2009) face ao partido de Sá Carneiro. O clima de desconforto também chegou à Igreja, por perceberem que havia o risco do CDS dividir o voto da direita. Mas ao contrário dos social-democratas, o CDS não conseguiu nunca estabelecer raízes sociais profundas e solidamente consolidadas (Jalali, 2015), e isso deveu-se ao facto da sua fundação ter sido mais tardia em relação ao partido do mesmo espaço político.

Capítulo II - Formação, Posicionamento e Integração no Sistema Partidário no pós-25 de Abril

A análise das origens do PPD/PSD e do CDS-PP deve ser compreendida através do que Panebianco (1988) define como “modelo genético” dos partidos. Segundo este autor, as condições de nascimento e formação de uma organização política determinam a sua futura institucionalização e o modo como esta exercerá o poder.

Apesar de o Movimento das Forças Armadas (MFA) pretender construir um sistema político-partidário parecido com os da Europa ocidental e democrática, onde os partidos de centro-direita tivessem uma palavra a dizer (Ramos, 2025), o ambiente revolucionário inclinado para a esquerda não permitiu que surgissem partidos genuinamente ligados às ideias de direita e que pudessem ser incluídos no jogo democrático e institucional. Neste contexto de enviesamento, até os partidos que representavam o eleitorado do centro-direita se formaram envolvidos num processo de adaptação do posicionamento ideológico, nomenclatura e até programas políticos (Jalali, 2015; Marchi, 2016).

2.1. O Caso do PPD

O PPD, fundado por figuras pertencentes à elite social da Ala Liberal e da SEDES, exemplifica a transição para um partido de massas, com características que Kirchheimer (2012) descreve na sua teoria dos partidos “catch all”. Para garantir a entrada no novo sistema partidário, afirmava ser um partido de centro-esquerda e interclassista, que tinha a intenção de conciliar os valores típicos da social-democracia europeia: a liberdade, a igualdade e a solidariedade. (Ferreira, 2016) Com isto, o partido procurou maximizar o seu apoio eleitoral através do enfraquecimento de uma carga ideológica de direita, para ocupar a posição política de um centro tolerado. Acrescentava a esta posição, a vontade de querer construir uma sociedade socialista, com base no personalismo e humanismo cristãos. (PPD, 1974) Esta relação entre valores da esquerda e valores mais conservadores foi bem centrada na figura de Sá Carneiro, permitindo ao PPD não perder as suas bases à direita (Lobo, 2005) e garantir uma certa legitimidade democrática ao centro. A crítica ao sistema capitalista, criador de desigualdades (PPD, 1974), a rejeição da visão liberal da economia (Ferreira, 2016), e a intenção frustrada de aderir à Internacional Socialista (IS), (Alves, 2016) e ao Movimento Democrático Português (MDP), são três outras provas de que o partido de Sá Carneiro percebeu que a inclinação esquerdista da revolução criava a necessidade de adaptar a sua proposta político-programática, se queria consolidar a sua

posição na disputa democrática (Monteiro, 2016) e lançar as sementes para que o partido pudesse adotar uma posição de sério candidato à governação do país. (Lisi, 2015)

2.2. O Caso do CDS

Por outro lado, o posicionamento do CDS pode ser analisado à luz de Sartori (1976), especificamente quando procede à análise sobre a mecânica de competição em sistemas de pluralismo polarizado. O partido ao afirmar-se como um partido do centro, (Jalali, 2015) num contexto de inclinação esquerdista, tentava evitar a marginalização e o rótulo de “reacionário” (Monteiro, 2016) que a esquerda dominante tentava impor a qualquer força política à direita do PS. Mas ao contrário do PPD, o CDS enfrentou maiores dificuldades em consolidar o que Kitschelt (1994) designa como uma “identidade programática” sólida. Na sua proposta programática, o partido traduzia o centrismo como uma aceitação da economia social de mercado, da livre iniciativa privada, e da intervenção reguladora do Estado para corrigir desigualdades sociais. (Paris, Marchi & Raimundo, 2019), facto que situava o CDS numa posição de paradoxo fundacional. (Marchi, 2015) Embora não se afirmasse marxista ou socialista, o CDS empenhou-se em dar um aspeto mais socializante à sua proposta política, com a defesa de nacionalizações de alguns setores económicos, a subida imediata do salário mínimo nacional, e o envolvimento dos trabalhadores na gestão das empresas (Paris, Marchi & Raimundo, 2019). Se algumas destas propostas iam ao encontro da moldura ideológica de alguns fundadores, também é justo dizer-se que muitas outras resultaram da necessidade de obtenção de legitimidade do partido, para poder entrar no jogo democrático português.

É a partir deste plano inclinado, que se formam e consolidam os dois partidos que representavam o eleitorado de centro-direita, mas estavam, pela força das circunstâncias, forçados a uma certa clandestinidade ideológica. (Pinto, 2010) Mas apesar destas manobras adaptativas, PPD e CDS não deixaram de ser vistos como os partidos da direita, pelo simples facto de se declararem ligeiramente menos socialistas que o PS. Mas passada a febre revolucionária, os dois partidos assistiram até há bem pouco tempo a uma evolução política e ideológica, que os aproximou das posições gerais de qualquer partido de centro-direita europeu.

Capítulo III – Os Erros Históricos do Centro-Direita Português

Num momento em que tem o poder executivo depois de um longo período de oposição, o centro-direita português encontra-se hoje numa situação de autêntico bloqueio político. Depois de uma década em que tudo na política portuguesa mudou, o espaço do centro-direita parece ter ficado congelado em 2015. As dinâmicas políticas mudaram, a «geringonça» quebrou convenções informais históricas, as agendas políticas mudaram radicalmente, e a forma de fazer política sofreu profundas transformações. Enquanto as esquerdas se reconfiguravam, e governavam, com o PS a perceber que tinha de ser o líder incontestável da esquerda portuguesa, recorrendo ao abraço de urso ao Partido Comunista Português (PCP) e ao Bloco de Esquerda (BE), no espaço do centro-direita nada foi mudado. Hoje, com o Governo na mão, com uma maioria de dois terços dos deputados no espaço não socialista, o centro-direita tradicional continua sem conseguir fabricar um projeto mobilizador e agregador, assente em princípios próprios, e com o objetivo de quebrar com a lógica governativa herdada do passado. Insiste nos mesmos moldes da prática política de sempre, não se define ideologicamente de forma afirmativa e sólida, não domina narrativas e o debate público, e vai perdendo relevância no espaço da direita portuguesa. É esta a atual situação do centro-direita português. Uma crise que o prende ao passado, e que não deixa que este espaço político se renove, empurrando-o assim para um risco de cair na irrelevância política, perdendo terreno para o Chega, que aproveita este empasse na direita tradicional.

Mas de onde vem esta crise existencial? Quais são as origens desta incapacidade do centro-direita se afirmar politicamente no país, ou de ser um movimento agregador do seu próprio espaço ideológico? Ao contrário do que se possa pensar, esta crise tem tudo menos traços circunstanciais, e a resposta a estas questões encontra-se no início da história dos partidos do centro-direita em Portugal, com este espaço político a cometer dois erros históricos que o conduziram até à atual situação de crise.

A crise do centro-direita português encontra as suas origens no passado fundacional deste espaço político. A fraqueza na posição política dos partidos representantes do centro-direita, assim como a nociva divisão interna do espaço da direita tradicional, não são apenas dois erros de início de percurso, que mais tarde seriam corrigidos. Pelo contrário. Ao longo do percurso histórico do centro-direita português, conseguimos identificar a

insistência nestes dois erros originários, que são responsáveis pela crise silenciosa que o centro-direita atravessa hoje em dia, e que parece ter encontrado o seu pico.

É objetivo deste capítulo explorar estes dois erros históricos cometidos no período fundacional do centro-direita em Portugal, assim como a sua projeção ao longo das várias fases da vida deste espaço político.

3.1. A Fraqueza na Posição Política

De forma geral, podemos afirmar que a consolidação de um determinado espaço político em qualquer sistema democrático se faz através de uma afirmação estratégica, de uma diferenciação programática, e de uma construção identitária suficientemente sólida, que seja capaz de chamar à sua causa o maior número de seguidores. Ora, quando aplicamos este modelo a todo o centro-direita português, conseguimos identificar falhas claras neste processo, no período imediatamente posterior à sua fundação, entre os anos de 1974 e 1976, anos que ditaram para sempre um futuro de crise de afirmação deste espaço político.

Deposto o Estado Novo, o novo regime apressou-se a construir uma dicotomia de «esquerda» e «direita», situando o regime derrotado no espaço da «direita» (Monteiro, 2016), espaço que, dali em diante, seria infrequente e visto como um corpo estranho à democracia. E num regime recém-criado, onde só tinha a legitimidade democrática, quem não tivesse a direita como modelo político-ideológico (Monteiro, 2016), a esquerda dominante construiu de forma fácil, sobre os dois partidos representantes do eleitorado de centro-direita, a figura imaginária de um alvo a abater. (Aguilar, 2016) E aqui se iniciou o primeiro erro do centro-direita português. Ao invés de contrariar essa lógica, os dois partidos do centro-direita optaram sempre por uma postura defensiva (Franco de Sá, 2016) e abdicaram de partir para um processo de afirmação da sua identidade, (Aguilar, 2016) fazendo-se passar por partidos que negavam orientações marxistas, mas que fugiam ainda mais das orientações liberais ou conservadoras da «direita». Prova-se este facto, quando Sá Carneiro afirma que o PPD não tem qualquer afinidade com os valores da direita (Carneiro, 1978), ou quando Freitas do Amaral diz que a direita conservadora não condiz com o progressismo do CDS (Freitas do Amaral, 1996). Num período onde a maioria das transformações sociais e políticas arrancavam (Frain, 1998), e a esquerda aspirava a uma hegemonia política no país (Franco de Sá, 2016), o PPD e o CDS abdicaram de ser o projeto alternativo à superioridade política do projeto socialista para

Portugal, falhando assim a sua própria construção e afirmação identitária. Na vez de partirem para a defesa intransigente das principais causas programáticas típicas das direitas europeias, e assentes numa base ideológica própria, os dois partidos procuraram sempre defender os seus programas políticos nos moldes do vocabulário das esquerdas, como pudemos constatar no capítulo anterior.

Vítima de autossabotagem, e dos condicionalismos da situação política da época, o centro-direita tornou-se num espaço político que se caracterizava pela comodista adaptação programática, com o propósito de se aproximar de uma esquerda (Franco de Sá, 2016) tolerada, negando também afirmar-se pela via programática, oscilando entre várias posições ideológicas que conduziram este espaço político para a ambiguidade.

A estas falhas na construção da sua identidade e de diferenciação programática, acrescenta ainda o facto do falhanço de uma afirmação estratégica, através de batalhas políticas que poderiam colocar o centro-direita como protagonista nos momentos decisivos para o futuro do regime democrático. Também aqui o centro-direita falhou no período entre 74 e 76, reduzindo-se, na luta contra a ameaça do PCP, a um papel secundário, cujo protagonismo coube, não a um partido completamente oposto à ideologia comunista, mas sim ao PS e à figura mediática de Mário Soares. (Jalali, 2015) E mesmo sabendo que este papel levaria o PS a ser visto como o partido da salvação nacional, PPD e CDS resignaram-se ao papel secundário (Jalali, 2015), perdendo mais uma oportunidade de afirmação política e estratégica, e de oposição entre modelos ideológicos diferentes.

Por consequência destas falhas na construção de uma posição política clara, e por nunca ter combatido a campanha de deslegitimação vinda das esquerdas, o centro-direita nunca foi visto como parte inteiramente integrante da democracia de 74, mas sim como um corpo restante do Estado Novo (Ramos, 2014), permitindo desde aí uma brutal superioridade política, cultural e sociológica aos partidos da esquerda, nomeadamente ao PS. Desde a vitória sobre o PCP, e sendo insuspeito de estar no espaço da «direita», o PS conquistou uma superioridade política e moral de tal nível, que o partido é hoje confundido com a matriz fundamental do regime democrático (Garoupa, 2018). Não lhes sendo exclusiva, os socialistas, conseguiram imprimir no país a sua lógica cultural e sociológica, que lhes ofereceu grande margem de manobra. Esta lógica, espelhada até na Constituição de 1976, pauta-se por uma visão desconfiada da economia de mercado, do

risco e do investimento, (Garoupa, 2018) da responsabilidade e liberdade individuais, e que prefere um Estado que tudo regula e um paternalismo que tudo assegura. (Garoupa, 2018)

E é inserido nesta lógica de inferioridade política, e insistindo em não fortalecer a afirmação política das suas ideias, que o centro-direita construiu a sua história. Não conseguindo obter a dianteira no plano político-cultural do país, PSD e CDS-PP nunca foram capazes de inverter a superioridade moral e política que em 1975/76 cederam ao PS.

Com a exceção do fogaz «fenómeno sociológico» (Ramos, 2004) da Aliança Democrática (AD), o espaço do centro-direita, foi incapaz de erguer um projeto político alternativo ao do PS. No «cavaquismo» recuperou-se o país economicamente, mas sempre segundo a lógica de consumo e lazer, e nunca na lógica de trabalho, investimento e reformas estruturais do sistema económico português (Garoupa, 2018). E a partir de 1995, o centro-direita só recuperou o governo em tempos de apodrecimento do PS no poder, tornando-se apenas num substituto da esquerda (Garoupa, 2018). Foi assim com os governos PSD/CDS-PP de Durão Barroso e Santana Lopes, entre 2002 e 2005, e de Pedro Passos Coelho, entre 2011 e 2015. Nestes períodos de poder, o centro-direita foi também incapaz de se afirmar como um espaço político pojante e maioritário no país. E quando esteve na oposição, foi ainda mais visível a fraqueza na posição política adotada. Nunca controlou narrativas, nunca se afirmou politicamente, e no campo identitário negou sempre representar a direita sociológica (Garoupa, 2018), quando por exemplo, Rui Rio, em 2021, afirmou que o PSD é um partido de centro e não de direita, ou Luís Montenegro, em 2022, quando afirmou que o PSD não era liberal nem socialista, colocando o partido também no centro.

E na atualidade, o centro-direita insiste no mesmo erro histórico que o acompanha desde a fundação. Tendo até a oportunidade de ter iniciativa de governo, os partidos do centro-direita mostram-se incapazes de apresentar ao país um projeto de cunho identitário forte, claro e de alternativa à lógica cultural do PS, facto este que coloca este espaço político em sérios riscos de cair na irrelevância política face à concorrência eleitoral que hoje tem à sua direita, e que declara de uma maneira mais afirmativa a intensão de romper com a lógica socialista.

3.2. Divisão Interna

Intimamente relacionado com a dificuldade de afirmação da posição ocupada no plano político português, está o segundo erro histórico cometido pelo espaço do centro-direita, que é a sua própria divisão interna. Podemos apresentar este erro como uma junção de três elementos históricos que acompanham até hoje o percurso deste espaço político: o facto de o centro-direita ter nascido dividido em dois partidos; a grande diversidade ideológica que existe no PSD e no CDS-PP; e as tensões e conflitos internos, gerados por essa mesma diversidade.

O facto de em 1974, o espaço do centro-direita português ter nascido dividido em dois partidos que representavam bases ideológicas bastante idênticas, e que se sobrepunham eleitoralmente, (Jalali, 2015) criou neste espaço político um clima de complexidade relacional, que levou sempre PSD e CDS-PP a terem de optar por se combaterem ou por se aliarem, (Jalali, 2015) de forma breve e circunstancial, para este espaço ganhar eleições. Esta divisão de corpos dentro de um espaço político, que sempre se pautou por uma acentuada diversidade político-ideológica, tem mostrado ter um carácter vazio e até mesmo nocivo para a afirmação política do centro-direita nacional. Vejamos. Com a exceção do fenómeno «cavaquista», o espaço do centro-direita só conseguiu chegar ao poder quando os dois partidos escolheram cooperar ao invés de competir (Jalali, 2015). Foi assim com a AD, em 1979/80, repetiu-se com o acordo de governo entre Durão Barroso e Paulo Portas, em 2002; em 2011, quando Pedro Passos Coelho e Paulo Portas acordam um Programa de Governo, e em 2024, com a vitória da AD liderada por Luís Montenegro. E é precisamente nos momentos de divisão e competição entre os partidos do centro-direita, que conseguimos identificar a inexistência de um programa ou projeto político (Paris, Marchi & Raimundo, 2019) mobilizador e suficientemente sólido. Se no período pós-25 de Abril, haviam razões ideológicas, ainda que superficiais, para existir uma distinção entre o PSD e o CDS, a partir da primeira AD essas diferenças foram reduzidas a mínimos. Mas o centro-direita nunca soube refletir sobre o facto de que, sendo um espaço plural nas ideias, poderia ter neste aspeto uma vantagem política, e não um motivo para a divisão do seu espaço político, tendo prosseguindo com a lógica empobrecedora de dois partidos.

Embora a orientação ideológica dos partidos de centro-direita tenha sofrido alterações ao longo dos anos, e sejam muito dependentes da centralidade dos seus líderes (Jalali, 2015),

é factual que tanto PSD como CDS-PP, sempre foram partidos que acolheram as mais variadas orientações ideológicas presentes nas suas bases. No caso do PSD, se é verdade que a orientação social-democrata de centro-esquerda era tida como a linha ideológica oficial do partido durante toda a liderança de Francisco Sá Carneiro, o PSD era já uma casa onde conviviam, sociais-democratas, liberais e conservadores (Ferreira, 2016). Esta coexistência vai ser cada vez mais evidente a partir da liderança de Cavaco Silva, que imprime na prática governativa uma lógica mais liberal na economia, e conservadora nas questões sociais (Ferreira, 2016). O CDS-PP é também um caso de pluralidade de tendências, tendo sido desde 1974, a casa comum de várias correntes não socialistas, como é o caso dos liberais, conservadores e dos democratas-cristãos, (Paris, Marchi & Raimundo) tendo um histórico muito plural no que diz respeito à orientação dos seus diferentes líderes. E se esta diversidade poderia ter contribuído para a construção de um projeto político rico e coerente, e para um clima de convivência entre as várias sensibilidades, os dois partidos do centro-direita têm-se revelado incapazes de gerir as tensões ideológicas que foram surgindo ao longo dos anos, criando uma instabilidade interna, que tem sido um dos entraves para a fortificação de um projeto agregador e afirmativo no plano político português. Estas tensões ideológicas marcaram grande parte da vida interna dos dois partidos, chegando até a pôr em causa várias lideranças, facto que prejudicou muito a afirmação política de um projeto do centro-direita.

No PSD, as tensões e divisões internas começaram desde cedo. Com Sá Carneiro, em 1975, que percebendo o espaço natural do PPD, tentou ensaiar um deslocamento do partido para a direita, e viu mais de metade da sua bancada parlamentar abandonar o partido, acusando-o de desnaturar o PPD, (Silva & Silva, 2019) e de tornar o partido, num partido liberal. As cisões continuaram na curta liderança de Francisco Pinto Balsemão, que enquanto primeiro-ministro da AD, foi acusado pelas bases mais à direita de querer voltar a inclinar o partido para a esquerda (Silva & Silva, 2019). As críticas das bases de direita com cada vez mais peso continuaram na liderança de Carlos da Mota Pinto, quando este aceita formar um governo de coligação com o PS, em 1983. Na liderança de Cavaco Silva, as bases mais à esquerda não pouparam a deriva mais liberal-conservadora dos seus governos, embora tenham tido pouca expressão devido ao sucesso eleitoral do PSD durante dez anos. (Silva & Silva, 2019) Anos mais tarde, Manuela Ferreira Leite tenta imprimir no partido uma linha apenas social-democrata ignorando as fortes correntes liberais e conservadoras do partido, facto que criou condições para mais uma crise interna

e abriu caminho para a liderança de Pedro Passos Coelho, que em 2011 orientou o PSD para uma visão neoliberal (Silva & Silva, 2019), que parece ter unido a generalidade das bases do partido. Por último, Rui Rio, que queria orientar o partido para uma certa indefinição ideológica com proximidade à ideologia social-democrata, enfrentou grandes cisões ideológicas dentro do partido, originando até a formação de dois novos partidos à sua direita: O Chega e a Iniciativa Liberal (IL).

No CDS-PP, o legado da divisão interna do partido também é notório. Se até 1980, era indiscutível a união das várias sensibilidades ideológicas existentes no partido, depois da queda do governo da AD em 1982, as diferentes correntes vão entrar em constantes conflitos. Em 1983, já com Freitas do Amaral fora da presidência do partido, a divisão instala-se. Combatem-se duas linhas ideológicas: os defensores do «centrismo» herdado de Freitas do Amaral e os apoiantes de uma conjugação das correntes liberal-conservadoras, (Paris, Marchi & Raimundo, 2019) representadas por Francisco Lucas Pires, empurrando o partido para um ambiente de tensão. As divisões continuaram a existir, e com a demissão de Lucas Pires criaram-se três correntes no partido: os apoiantes da corrente liberal-conservadora, da doutrina única da democracia-cristã, e da sensibilidade «centrista». (Paris, Marchi & Raimundo, 2019) Depois da liderança falhada de Adriano Moreira, originário da linha democrata-cristã, Freitas do Amaral regressa ao partido, querendo imprimir-lhe a lógica «centrista» cuja indefinição ideológica era clara. Em poucos anos, o ambiente de divisão no partido fez com que o CDS tivesse três breves lideranças de correntes em constante conflito. A orientação «centrista» de Freitas do Amaral enfrentou grandes críticas internas, e a discussão sobre a refundação do partido volta a ganhar força quando o fundador abandonou a liderança pela segunda vez. (Paris, Marchi & Raimundo, 2019) Em 1992, o partido é conquistado por Manuel Monteiro que defende uma linha assumidamente conservadora e de direita (Paris, Marchi & Raimundo, 2019) para o CDS. Acrescentando o Partido Popular (PP) à sigla fundacional, Monteiro quis deixar claro que o projeto que defendia para o CDS era o de um partido da direita popular, soberanista e conservadora. Esta nova orientação da liderança de Monteiro criou divisões insanáveis no partido, e as correntes do «centrismo» e do liberalismo «pirista» acabam por abandonar o partido. Depois das lideranças conciliadoras de Paulo Portas, as tensões ideológicas voltaram ao partido, e a liderança de Assunção Cristas, que optou por privilegiar a linha democrata-cristã e liberal do CDS-PP, foi alvo de ferozes ataques das correntes mais conservadoras, que acusavam a liderança de estar a desvirtuar o partido.

Já na liderança de Francisco Rodrigues dos Santos, a corrente conservadora representada pelo próprio, foi acusada pelas alas liberais e democratas-cristãos de querer fechar o CDS-PP ao pluralismo ideológico que sempre tinha caracterizado o partido desde 1974.

O que conseguimos retirar da própria história interna de todo o espaço do centro-direita, e dos seus dois partidos, é que a divisão foi sempre o caminho seguido, em detrimento de uma lógica conciliadora, agregadora e unificadora, que fosse capaz de projetar o centro-direita como uma alternativa credível ao espaço das esquerdas. E o prolongar no tempo desta lógica divisionista é a mais evidente prova que este erro estrutural é um dos motivos mais radicais da crise atual do centro-direita português.

Conclusão

Num momento em que as esquerdas se encontram numa situação debilitada e de inferioridade eleitoral no país, e o fenómeno da direita populista dá sinais de durabilidade e já conquista espaço para lá do descontentamento ou da abstenção, seria de esperar que houvesse uma terceira alternativa, que não recuperasse uma esquerda em cacos e nem desse mais oxigénio à causa da direita radical. Esperar-se-ia, portanto, um centro-direita capaz de surgir no plano político, dono de si próprio, como a única opção credível, afirmativa, e com um projeto mobilizador e alternativo. Mas essa esperança não consegue ser correspondida, porque o centro-direita enfrenta o pico de uma crise que, impede este espaço político de encarnar um projeto de tal grandeza e responsabilidade.

Com este trabalho de investigação, conseguimos concluir que a atual crise do centro-direita em Portugal não se trata de um fenómeno conjuntural ou superficial, mas sim de uma situação de bloqueio estrutural cujas causas remontam ao período fundacional deste espaço político.

Através da análise histórica realizada, é-nos permitido responder com evidência à questão central deste projeto, identificando a natureza dos erros causadores da crise atual do centro-direita português. Apontando para a natureza das falhas na construção identitária, programática e estratégica, comprova-se que é crónica a fraqueza da posição política adotada por este espaço político. E olhando para a natureza bipartidária, diversificada e com constantes tensões e fragmentações ideológicas, demonstra-se como o erro histórico da divisão interna tem condicionado o caminho político do centro-direita.

Se há lições a retirar dos resultados que este trabalho nos apresenta, são, por um lado, que a crise atual do centro-direita português é resultado de uma insistência em dois erros históricos e estruturais, que não mais permitiram a este espaço político histórico da democracia portuguesa, erguer-se de maneira sólida e unida em torno de um projeto forte, alternativo e mobilizador; e por outro, que este espaço político deve acordar de forma rápida para a nova realidade política, e que para tal efeito deve corrigir o essencial da crise que atravessa, ou seja, pôr fim aos erros estruturais que ainda hoje insiste em cometer.

Seria desejável, portanto, que o centro-direita desse início a um processo de reflexão interna, que lhe permitisse partir para uma reconstrução profunda, e recuperar o seu

espaço de relevância no plano político nacional. A reconstrução deste espaço político deveria, precisamente, começar por colocar um fim à divisão partidária do centro-direita, promovendo a fusão de todas as correntes não socialistas e moderadas, numa só força político-partidária que fosse capaz de equilibrar prováveis tensões internas, e tivesse a capacidade de se unir em torno de valores fundamentais que caracterizam os partidos de centro-direita europeus. Depois de consumada a fusão deste espaço não socialista, o “partido único” deveria partir para a refundação política e cultural do seu espaço político. Para isso deveria definir claramente causas próprias, propostas originais, adotar uma nova postura política, e declarar-se independente dos moldes impostos pelo PS, e distanciar-se naturalmente da direita populista. E no plano cultural, deveria trabalhar para apresentar um autêntico modelo alternativo e disruptivo, capaz de romper com a lógica cultural que acima é descrita. Só com novas bases políticas e partidárias, e corrigindo os dois erros estruturais, o centro-direita sairá da situação atual de crise.

Referências Bibliográficas

- Amaral, D. F. (1995). *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)* (6ª edição). Bertrand/NOMEN.
- Archeevo. *Declaração de Princípios do CDS*. Archeevo.
- Costa Lobo, M. (2005). *Governantes e Governados: A Escolha do Primeiro-Ministro em Portugal*. Esfera dos Livros.
- Costa Pinto, A. (2010). *O Fim do Império e a Construção da Democracia: Portugal em Perspectiva Comparada*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Frain, M. (1998). *PPD/PSD e a Consolidação do Regime Democrático*. Editorial Notícias.
- Freire, A., & Lisi, M. (Eds.). (2016). *O Significado da Divisão entre Esquerda e Direita: Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*. Editora Mundos Sociais.
- Garoupa, N. (2018). *A Direita Portuguesa: Da frustração à decomposição*. EGO Editora.
- Instituto Francisco Sá Carneiro. <https://institutosacarneiro.pt/quotes/index/tag:919>
- Jalali, C. (2015). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005* (2ª ed.). ICS.
- Lisi, M. (2009). The democratisation of party leadership selection: The Portuguese experience, *Portuguese Journal of Social Science*, Volume 9, Issue 2, Dec 2010, p. 127 – 149.
- Lisi, M. (2011). *Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação*. Edições Almedina.
- Lisi, M. (2019). *Party System Change, the European Crisis and the State of Democracy*. Routledge.
- Marchi, R. (2017). *A Direita Nunca Existiu. As Direitas Extraparlamentares na Institucionalização da Democracia Portuguesa 1976-1980*, Instituto de Ciências Sociais.
- Marchi, R. (2016). *As Direitas na Democracia Portuguesa*. Texto Editora.
- Ministério da Administração Interna. (2024). Eleições Legislativas Março de 2024. XXV Governo Constitucional. <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2024/resultados/globais> - Resultados legislativas 2024.
- Ministério da Administração Interna. (2025). Eleições Legislativas Maio de 2025. XXV Governo Constitucional. <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2025/resultados/globais> - Resultados legislativas 2025
- Paris, A., Marchi, R. & Raimundo, F. (2019). *Breve história do CDS-Partido Popular*. 100 Folhas Lda.
- Partido Popular Democrático. (1974). *A Social-Democracia para Portugal: Programa do Partido Popular Democrático*.
- Perpétua, F. G. (2016). *Francisco Sá Carneiro: Um Católico na Política*. Alêtheia Editores.
- Pinto, A. C. (2020). *Francisco Sá Carneiro: O Guia da Direita Liberal*. Assembleia da República.
- Ramos, R. (2004). *Outra Opinião (Ensaio de História)*. Independente.

Ramos, R. (2014). *Órfãos da História?: As Direitas e a Historiografia em Portugal*. Texto.

Ramos, R. (2025, 02.05). *E o Resto é História. Morte aos Fascistas: O Cerco do Palácio de Cristal* (Vídeo). Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=WX5o9_7v_AU&t=715s

Silva, P. & Silva, T. (2019). *Breve História do Partido Social Democrata*. 100 Folhas Lda.